



Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ

## **ATA DA 67ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ**

1 Aos 4 dias do mês de dezembro de 2012, no Salão Nobre da sede do Arquivo Nacional,  
2 na Praça da República nº 173, cidade do Rio de Janeiro, sob a presidência de Jaime  
3 Antunes da Silva, presidente do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ foi  
4 realizada a sexagésima sétima Reunião Plenária do CONARQ. Participaram da reunião,  
5 representando o Poder Executivo Federal: os conselheiros Ivan Fernandes Neves  
6 (titular), do Ministério da Justiça; João Batista Ferri de Oliveira (titular), do Ministério  
7 do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP; Hilário Figueiredo Pereira Filho  
8 (suplente), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN;  
9 representando o Poder Judiciário Federal: as conselheiras Janeth Aparecida Dias de  
10 Melo (titular), do Supremo Tribunal Federal – STF; Maria Cristina Diniz Caixeta  
11 (titular), do Tribunal Regional do Trabalho – TRT (3ª Região); representando o Poder  
12 Legislativo Federal: os conselheiros Maria do Socorro de Santa Brígida Pereira, do  
13 Senado Federal (titular); Tarciso Aparecido Higino de Carvalho (suplente), da Câmara  
14 dos Deputados; representando o Arquivo Nacional: as conselheiras Maria Esperança de  
15 Resende (titular); Maria Izabel de Oliveira (suplente); representando os Arquivos  
16 Públicos Estaduais: o conselheiro Paulo Knauss de Mendonça (titular), do Arquivo  
17 Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ; representando os Arquivos Públicos  
18 Municipais: os conselheiros Roberto de Assis Tavares de Almeida (titular), da  
19 Fundação Arquivo e Memória de Santos; Carlos Roberto Bastos Freitas (suplente), do  
20 Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes; representando as instituições  
21 que congreguem profissionais que atuem nas áreas de ensino, pesquisa, preservação ou  
22 acesso a fontes documentais: os conselheiros Alfredo Tiomno Tolmasquim (titular), da  
23 Sociedade Brasileira da História da Ciência; Adelina Novaes e Cruz (titular) e Verena  
24 Alberti (suplente), do Centro de Documentação e Pesquisa em História Contemporânea  
25 do Brasil – CPDOC da Fundação Getúlio Vargas; Ismênia de Lima Martins (titular), da  
26 Associação Nacional de História – ANPUH; Dulce Chaves Pandolfi (suplente), da

27 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS.  
28 Justificaram suas ausências: os conselheiros Guilherme Alberto Almeida de Almeida  
29 (suplente), do Ministério da Justiça; Márcio Sampaio Leão Marques (suplente), do  
30 Senado Federal; Frederico Silveira dos Santos (suplente), da Câmara dos Deputados;  
31 Cledison de Lima (titular), do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo; Maria  
32 Teresa Navarra de Britto Matos, do Arquivo Público do Estado da Bahia (suplente);  
33 Isabel de Oliveira Perna Almeida (suplente), do Arquivo Público do Estado do Rio  
34 Grande do Sul; Márcio Vedana (titular), da Secretaria de Administração de Porto  
35 Alegre; Aurora Maia Dantas (suplente), da Prefeitura Municipal de João Pessoa; Daniel  
36 Beltran Motta (titular), da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro;  
37 Marcos Prado Rabelo (suplente), da Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito  
38 Santo; Maria do Rocio Fontoura Teixeira (titular), da Universidade Federal do Rio  
39 Grande do Sul; Maria Leandra Bizello (suplente), da Universidade Estadual Paulista;  
40 Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (suplente); Dulce Chaves Pandolfi  
41 (suplente), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.  
42 Participaram ainda como convidados: Márcio de Souza Porto, do Arquivo Público do  
43 Estado do Ceará; Conceição de Maria Silva Rios, do Arquivo Público do Estado do  
44 Maranhão; Lucineide Alves Pereira, da Superintendência de Arquivo do Estado do  
45 Mato Grosso; Vilma Moreira dos Santos, do Arquivo Público Mineiro; Agenor Sarraf  
46 Pacheco, do Arquivo Público do Estado do Pará; Pedro Ferreira de Moura Filho, do  
47 Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano; Luterwalzio de Lima Gonçalves, do  
48 Arquivo Público do Estado do Piauí; Maria Cristina Kneipp Fernandes, do Arquivo  
49 Público do Rio Grande do Sul. O presidente do CONARQ inicia a 67ª Reunião Plenária  
50 do CONARQ apresentando os conselheiros e diretores de arquivos públicos estaduais  
51 presentes. Informa ao Plenário que os diretores dos Arquivos Públicos Estaduais  
52 presentes assistirão os debates da 1ª sessão da 67ª Reunião e na parte da tarde os  
53 mesmos participarão da reunião do Fórum Nacional de Arquivos Públicos Estaduais que  
54 será realizada no miniauditório do Arquivo Nacional. Encerradas as apresentações, o  
55 presidente do CONARQ informa que para aproveitar a presença dos membros do  
56 Fórum Nacional de Arquivos Públicos Estaduais, as atas das 65ª e 66ª Reuniões  
57 Plenárias do CONARQ serão apreciadas na parte da tarde. O presidente do CONARQ  
58 destaca a importância da existência do Fórum como espaço para discussão de interesses  
59 comuns entre os Arquivos Públicos Estaduais e o CONARQ e indaga aos representantes  
60 do Fórum se a pauta da reunião do CONARQ apresentada tem algum interesse

61 específico para os membros do Fórum. O Senhor. Marcio Porto, diretor do Arquivo  
62 Público do Ceará lê trechos da matéria da Revista de História, edição de novembro de  
63 2012, em que fora veiculada matéria denúncia sobre a má conservação dos arquivos  
64 estaduais do Piauí, de Sergipe e da Bahia, bem como a situação caótica em que se  
65 encontram os arquivos públicos estaduais de maneira geral. Em relação ao problemas  
66 apontados na reportagem da revista, o Senhor Márcio Porto sugere que os Arquivos  
67 Públicos Estaduais estreitem mais os laços com o CONARQ. Diz que é preciso  
68 revigorar ações de capacitação dos servidores desses órgãos. O diretor do Arquivo  
69 Público do Estado do Piauí, Senhor Lúter complementa a fala do Senhor Márcio Porto  
70 afirmando que o CONARQ precisa empreender campanhas junto ao governo dos  
71 Estados de forma a destacar a importância dos arquivos públicos estaduais. O  
72 conselheiro Paulo Knauss, que também é diretor de Arquivo Público Estadual, entende  
73 que poderia ser criado um fundo de financiamento comum para os arquivos públicos  
74 estaduais. Também cita a importância de uma maior integração com os arquivos  
75 públicos dos Poderes Legislativo e Judiciário, já que até o presente momento o Fórum é  
76 composto apenas por Arquivos Estaduais do Poder Executivo. O presidente do  
77 CONARQ ressalta que o Conselho é um órgão deliberativo que emite diretrizes, não  
78 possuindo qualquer atribuição coercitiva aos demais Poderes. O presidente do  
79 CONARQ apoia a sugestão do conselheiro Paulo Knauss de que se convidem diretores  
80 de arquivos do Poder Judiciário e Legislativo. O conselheiro Paulo Knauss sugere como  
81 uma aproximação com o Ministério Público por meio de um acordo ou convênio como  
82 medida tomada pelo Fórum que atenderia a atribuição de “estimular e implementar as  
83 políticas arquivísticas definidas pelo CONARQ”. O conselheiro informa que essa  
84 medida foi adotada com sucesso no Estado de São Paulo e que recentemente o  
85 CONARQ firmou um convênio com o MP-RJ com um plano de ações conjuntas. A  
86 diretora do Arquivo Público de Belo Horizonte, Senhora Vilma Moreira relata que a lei  
87 estadual nº. 19.420 de Minas Gerais, que define a política estadual de arquivos,  
88 estabeleceu que o Tribunal de Contas de Minas Gerais e o Ministério Público de Minas  
89 Gerais como instituições arquivísticas públicas, com assento no Conselho Estadual de  
90 Arquivos. O diretor do Arquivo Público de Pernambuco, Senhor Pedro Moura sugere  
91 uma maior aproximação dos arquivos públicos estaduais com as universidades de forma  
92 a suprir a falta de pessoal qualificado para a pesquisa dos acervos públicos. Sugere  
93 ainda que seja modificada a personalidade jurídica do Fórum Nacional Arquivos  
94 públicos Estaduais, entendendo que o Fórum deveria ser uma organização social,

95 citando como exemplo a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, que como organização  
96 social, trabalha junto ao Ministério da Cultura para fomentar a criação de bibliotecas  
97 públicas municipais. A conselheira Maria Izabel entende que a organização social  
98 possui características próprias que inviabilizaria a transformação do Fórum em uma  
99 organização social interestadual, como a celebração de um contrato de gestão. O  
100 presidente do CONARQ lembra que houve proposta do Arquivo Público do Estado de  
101 São Paulo ser transformado em uma organização social, com o presidente do CONARQ  
102 manifestando-se contrariamente a tal proposta, pois permitiria que uma pessoa jurídica  
103 de direito privado como gestor de documentos públicos. O Senhor Marcio Porto alerta o  
104 problema em que empresas terceirizadas estão fazendo a gestão de documentos dentro  
105 de Órgãos da Administração Pública. Dessa forma, o Sr. Marcio Porto entende que o  
106 CONARQ deve fortalecer os Arquivos Públicos Estaduais como Órgãos centrais de  
107 sistemas estaduais de documentação e arquivo, incentivando a criação de tais sistemas  
108 nos estados onde não existam. Em relação aos problemas da terceirização, o Presidente  
109 do CONARQ responde que a Resolução do CONARQ que trata sobre a terceirização de  
110 serviços arquivísticos encontra-se em processo de revisão. Afirma que os governos  
111 estaduais ao permitirem a terceirização dos serviços arquivísticos estão desrespeitando o  
112 art. 216, § 2º da Constituição Federal. Ressalta que os Arquivos Públicos Estaduais  
113 devem comunicar tais denúncias ao CONARQ para que o Ministério Público Estadual  
114 seja acionado. O debate continua com as exposições dos diretores de Arquivos estaduais  
115 presentes e terminada as referidas exposição é feita pausa para o almoço. Dando início a  
116 2ª sessão da 67ª Reunião Plenária do CONARQ, o presidente do CONARQ comunica  
117 que em virtude de compromisso do Senhor João Euripedes Franklin Leal - presidente da  
118 Câmara Técnica de Paleografia e Diplomática – CTPADi a sessão começará com a  
119 apresentação do balanço dos trabalhos da Câmara Técnica de Paleografia e Diplomática  
120 – CTPADi e proposta de atividades para o ano de 2013. O Senhor Franklin faz um  
121 histórico sobre o processo de criação da Câmara e em seguida aponta os objetivos da  
122 CTPADi, quais sejam: 1) realização de estudos paleográficos e diplomáticos, tendo em  
123 vista a necessidade da documentação brasileira ser a maior documentação manuscrita da  
124 América Latina; 2) estabelecer e consolidar a terminologia da área; 3) elaboração de  
125 publicações técnicas; 4) estabelecer parcerias com outras câmaras do CONARQ.  
126 Apresenta a metodologia de trabalho da CTPADi e em seguida explica que o primeiro  
127 trabalho da CTPADi foi o levantamento bibliográfico de Paleografia e Diplomática, um  
128 dos grandes problemas da área, já que existem poucos trabalhos em português. O

129 Senhor Franklin relata a colaboração da CTPADi na organização e realização do VII  
130 Encontro de Paleografia e Diplomática e informa que a Câmara pretende organizar o II  
131 Congresso Brasileiro de Paleografia e Diplomática. Diz também, que a CTPADi já  
132 possui vários artigos publicados na Revista História da Biblioteca Nacional e que a  
133 mesma pretende inserir esses artigos e a bibliografia no link da Câmara no portal do  
134 CONARQ. Franklin informa que em fevereiro de 2013 ocorrerá o primeiro curso de  
135 Paleografia e Diplomática do país, a ser realizado na Universidade Federal de Santa  
136 Catarina, com duração de 20 horas. O curso terá como alvo professores de História,  
137 Arquivologia e Letras. Encerrada a apresentação do presidente da CTPADi, Franklin  
138 Leal, o presidente do CONARQ coloca a Coordenação de Apoio do Conselho a  
139 disposição para auxiliar nos andamentos dos trabalhos da CTPADi e em seguida passa  
140 para o próximo ponto de pauta, qual seja, a aprovação das atas das 65ª e 66ª Reuniões  
141 Plenárias do CONARQ sendo as mesmas aprovadas por unanimidade. Dando  
142 continuidade a 67ª Reunião Plenária, o presidente do CONARQ passa para o próximo  
143 ponto da pauta, com a apresentação do relatório de atividades da Câmara Técnica de  
144 Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros – CTDAIS e da minuta de  
145 Recomendação para tratamento e preservação de acervos audiovisuais, iconográficos e  
146 sonoros da CTDAIS. O Senhor Marcelo de Nogueira de Siqueira, presidente da  
147 CTDAIS inicia a apresentação do relatório de atividades da Câmara, informando que a  
148 CTDAIS realizou em 2012 duas reuniões presenciais com todos os membros e outras  
149 sete reuniões entre os subgrupos de trabalho. Relata que foram planejadas oficinas  
150 técnicas da CTDAIS de um ou dois dias que ocorrerão como parte integrante da  
151 programação do I Simpósio Nacional de Gestão que acontecerá em 2013 e que está  
152 sendo organizado pela Coordenação do CONARQ. Diz também que a CTDAIS pensa  
153 em realizar as referidas oficinas em outras instituições. Informa que outro trabalho foi a  
154 elaboração de metodologia para solicitação ao CONARQ da declaração de interesse  
155 público e social de acervos privados inseridos no âmbito da CTDAIS. Informa que a  
156 CTDAIS enviará a Coordenação do CONARQ como primeira sugestão o acervo  
157 fotográfico da Bloch Editora e pretendem enviar propostas de acervos de outros jornais.  
158 Outro trabalho desenvolvido pela CTDAIS em 2012 foi o glossário da terminologia do  
159 campo arquivístico específico da CTDAIS. Cita ainda, eventos que a Câmara e seus  
160 membros participaram em 2012, especialmente o III Encontro Nacional de Arquivos  
161 Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros, organizado pela CTDAIS, realizado no  
162 Congresso Nacional de Arquivologia. Relata a orientação concedida a diversas

163 instituições e profissionais, com informações técnicas sobre como organizar, preservar e  
164 dar acesso a arquivos do âmbito de abrangência da Câmara, contando com a  
165 intermediação da Coordenação do CONARQ para realização dessa atividade. O  
166 presidente da CTDAIS informa que a Câmara está organizando o II Seminário da  
167 CTDAIS, que também ocorrerá dentro do Simpósio do CONARQ, juntamente com as  
168 oficinas técnicas. O Senhor Marcelo passa a apresentar o plano de ação da CTDAIS  
169 para 2013, tendo como principais pontos: 1) realização das oficinas técnicas e do II  
170 Seminário da CTDAIS dentro do Simpósio do CONARQ em abril de 2013; 2)  
171 participação no I Encontro de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros do  
172 Mercosul, a ser realizado na cidade de Mendoza (Argentina); 3) reformulação da página  
173 da CTDAIS no portal do CONARQ. Além dessas ações, o presidente da CTDAIS cita  
174 como projetos da Câmara o mapeamento das instituições detentoras de acervos do  
175 âmbito da Câmara, com o projeto-piloto do estado do Rio de Janeiro, elaboração de  
176 canais de comunicação nas redes sociais, publicação de artigos e tradução de manuais e  
177 recomendações da FIAF e da IASA e publicação da primeira versão do Glossário. Em  
178 seguida passa para a leitura da minuta de Recomendação para tratamento e preservação  
179 de acervos audiovisuais, iconográficos e sonoros. A conselheira Maria Izabel sugere a  
180 troca do nome de “Recomendações...” para “Recomendação...”, de forma a uniformizar  
181 os títulos com outras recomendações já aprovadas pelo CONARQ. A conselheira Maria  
182 Izabel sugere ainda deslocar a tipologia documental da parte final do item II para depois  
183 da expressão “documento de arquivo”. O conselheiro Alfredo Tolmasquim entende que  
184 como a Recomendação tem como público-alvo entidades que não tem pessoal formado  
185 especificamente para lidar com essa tipologia documental específica, a publicação da  
186 CTDAIS tem uma característica de “Orientação” que propriamente uma  
187 “Recomendação”, já que ela informa as normas estabelecidas que essas instituições  
188 devam obedecer e não sugestões de procedimentos técnicos. O conselheiro entende que  
189 tais sugestões poderiam ser elaboradas em um segundo momento, mas que o importante  
190 seria inicialmente informar às entidades detentores de acervos com a tipologia  
191 documental do âmbito da CTDAIS quais são suas obrigações. O presidente da CTDAIS  
192 lembra que a publicação não é direcionada exclusivamente a entidades públicas, mas  
193 também privadas, não sendo atingidas pela maioria da legislação. Após as indagações  
194 de alguns conselheiros, termina a apresentação da CTDAIS. O presidente do CONARQ  
195 agradece a presença de todos e encerra 67ª Reunião Plenária do CONARQ.